

**Pré-sal.** Ao todo, 54 propostas

# Senado recebe 10 emendas sobre os royalties

As proposições que foram apresentadas são menos radicais do que a Emenda Ibsen, já aprovada pela Câmara

**DENISE ZANDONADI**  
dzandonadi@redgazeta.com.br

■ Dez emendas foram apresentadas no Senado por parlamentares propondo alternativas para a redistribuição dos royalties. O prazo para a apresentação de propostas terminou na terça-feira, dia 30. Ao todo, foram apresentadas 54 emendas ao projeto, que trata também da mudança do modelo de exploração no pré-sal de concessão para partilha de produção.

As dez propostas apresentadas são menos radicais do que a emenda Ibsen, aprovada pela Câmara, na qual é ressaltada a participação da União e se divide o restante entre Estados e municípios com base nos critérios utilizados para dividir os repasses dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e Municípios (FPM). O Estado e os municípios do Rio de Janeiro poderiam perder até R\$ 7 bilhões.

Duas das novas propostas apresentadas têm como base uma sugestão do próprio Ibsen. As emendas dos senadores Pe-

dro Simon (PMDB-RS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) propõem que a União compense as perdas dos Estados e municípios produtores com a nova divisão.

Os senadores de Estados produtores de petróleo também apresentaram emendas, caso de Francisco Dornelles (PP-RJ) e Renato Casagrande (PSB-ES). Eles propõem que a União fique com 10% do total de royalties e o resto seja distribuído entre Estados e municípios.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Paulo Duque (PMDB-RJ) fizeram emendas propondo que seja retomado um acordo fechado na Câmara antes da emenda Ibsen. Pelo acordo, Estados produtores seriam preservados, mas municípios produtores perderiam. Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou emenda sobre o tema. Na proposta, Estados e municípios produtores perderiam uma parte pequena dos recursos e a União cederia uma parte para Estados e municípios não produtores. (Com agências)

**VEJA NA WEB**  
Site explica a polêmica em torno dos royalties e do pré-sal.  
[gazetaonline.com.br/presal](http://gazetaonline.com.br/presal)

## O que está em pauta no Congresso sobre o processo de partilha

### ■ DORNELLES/CASAGRANDE.

Os senadores Francisco Dornelles (PP-RJ) e Renato Casagrande (PSB) propõem que a União fique com apenas 10% dos royalties e o resto seja distribuído entre Estados e municípios. Produtores teriam tratamento privilegiado na divisão do bolo dos royalties.

■ **SIMON/ZAMBIASI.** As emendas dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) propõem que a União compense as perdas dos Estados e municípios produtores com uma nova divisão dos recursos provenientes do pagamento de royalties.

■ **CNM/VALTER PEREIRA.** A Confederação Nacional dos

Municípios (CNM) propõe perdas menores para os produtores de petróleo e também a compensação, pela União, para os não produtores. A emenda foi assinada, no Senado, por Valter Pereira, parlamentar do PMDB de Mato Grosso do Sul.

■ **CRIVELLA/DUQUE.** Os senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Paulo Duque (PMDB-RJ) propõem que sejam retomados os termos do acordo fechado na Câmara antes da emenda Ibsen. Por esse acordo, os Estados produtores seriam preservados, mas os municípios produtores perderiam recursos.

■ **CAMATA.** Já Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou outra

emenda onde os Estados e municípios produtores perderiam uma parte pequena de seus recursos e a União também cederia uma parte para aumentar o que vai para os Estados e municípios não produtores.

■ **ÁLVARO DIAS.** Sem ser representante de Estado produtor, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) apresentou uma proposta que aumenta os recursos de quem produz e propõe apenas um pequeno crescimento para os outros Estados e municípios. Esse aumento se daria em cima de recursos da União.

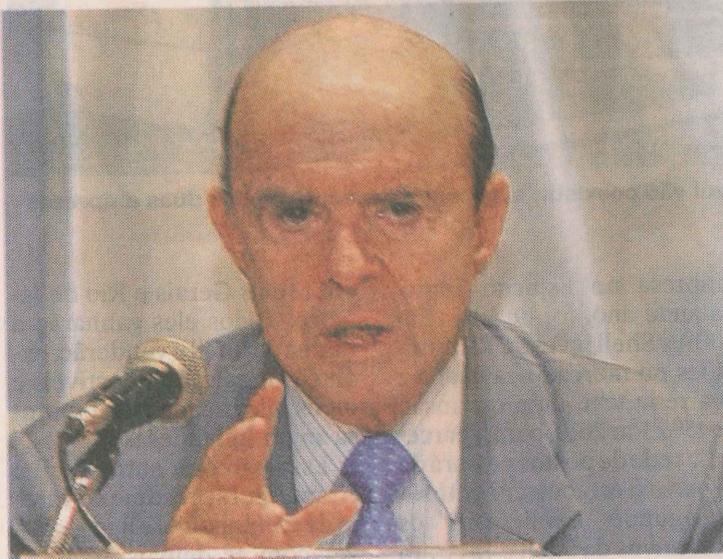
■ **INÁCIO ARRUDA.** O senador do PC do B do Ceará propôs não mexer nos recursos da União e repassar boa parte de recursos

diretamente de Estados e municípios produtores para quem não produz. No modelo de Arruda, a transição duraria dez anos para que os novos percentuais fossem adotados.

■ **JEREISSATI/BUARQUE.** Os dois senadores propõem a criação do Fundo do Petróleo para Formação de Poupança e Desenvolvimento da Educação Básica. A emenda diz que a grande maioria dos royalties e da exploração do pré-sal teria que ser destinada a esse fundo, que tem como principal função o investimento em educação.

■ **VALADARES.** O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), propõe que metade dos recursos de royalties terá que ser usada em saúde e educação.

### Diálogo



### “É uma guerra federativa”

PAULO BERNARDO  
Ministro do Planejamento

“O governo pretende sim chegar a um acordo para acabar com a guerra federativa em torno dos royalties do petróleo. A Constituição Federal prevê

que seja reservada uma parcela para os Estados produtores, mas não expõe qual parcela deve ser destinada aos Estados. O que está acontecendo é uma é uma guerra federativa, pelos Estados. Mas é possível chegar a uma solução pelo diálogo. Nessa época de eleições, o pessoal fica muito suscetível a votar coisas 'ótimas'”

### Compensação



### “Os royalties não são esmola”

FRANCISCO DORNELLES  
Senador (PP-RJ)

“Os royalties que o Rio recebe não são esmola. É decorrência de um texto constitucional. O erro é a pessoa falar sobre algo que não entende. Royalty é uma compensação financeira ao

Estado afetado pela produção. Ninguém deve confundir petróleo com royalty. O petróleo é da União. O royalty, deve ser uma compensação aos Estados e municípios que são afetados pela exploração. Eu diria que injusto é a União receber royalties. Ela e suas empresas deveriam pagar royalties aos produtores. Ele (Gabrielli) é um excelente presidente da Petrobras. Mas não conhece o artigo 20 da Constituição”